

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

Preservar patrimônio s e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana*

Sharing memories and preserving heritage in Latin American port cities. A project in motion: CoopMar –Transoceanic Cooperation, Public Policies and Ibero-American Sociocultural Community

Preservar patrimonios y compartir memorias en las ciudades puerto de América Latina. Un proyecto en acción: CoopMar – Cooperación transoceánica, Políticas Públicas y Comunidad Sociocultural Iberoamericana

*Amélia Polónia***

<https://orcid.org/0000-0001-2345-6789>

*Cátia Miriam Costa****

<https://orcid.org/0000-0002-7666-5661>

* Este artigo contou com o apoio da rede CoopMar, financiada pelo CYTED – Programa Iberoamericano Ciencia y Tecnología para el Desarrollo (617RT0532).

** Coordenadora científica do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória). Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, as suas áreas de investigação incidem em estudos coloniais e da globalização, em particular no período moderno. Foi investigadora responsável de projetos financiados por agências portuguesas e europeias. É coordenadora da rede de investigação CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana, financiada pelo CYTED – Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Informações sobre publicações, organização de eventos científicos, transferência de conhecimento e participação em programas de mobilidade docente e redes de investigação podem ser consultadas em <https://www.cienciavitae.pt/portal/6310-2507-EFDC>. E-mail: amelia.polonia@gmail.com

*** Investigadora integrada no Centro de Estudos Internacionais (IUI) e professora auxiliar convidada do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. É ainda diretora da Cátedra Ibero-América do Instituto Europeu de Estudos Internacionais (Estocolmo/Salamanca). A investigadora tem participado e coordenado diversos projetos científicos internacionais, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – Portugal, pela União Europeia e pelo CYTED – Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Tem publicado artigos científicos e capítulos de livros em várias línguas. Mais informações: <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/catia-costa/cv>. E-mail: Catia.Miriam.Costa@iscte-iul.pt

RESUMO: Os portos marítimos foram, durante séculos, a mais contínua plataforma de interface e de intercâmbio entre a Europa, a África e a América. As cidades portuárias emergem como estruturas e construções sociais com características próprias. O seu estudo permite conhecer e debater questões relacionadas com a complexidade urbana e social, pois reúnem, por norma, marcas de diversidade, humana e cultural, e por isso apresentam-se como locais privilegiados para o desenvolvimento de estudos sobre alteridade e sobre formas de permeabilidade, inclusive cultural. As cidades-porto, na Europa, e na América Latina, deparam-se também com desafios, e com riscos, decorrentes dos elevados níveis de desenvolvimento de uma indústria turística que explora patrimônios, materiais e imateriais, edificados, simbólicos ou naturais, frequentemente sem benefícios para os construtores, herdeiros e fautores desses patrimônios — as comunidades locais. Esta matéria agudiza-se quando nos encontramos perante memórias e patrimônios construídos historicamente através de dinâmicas coloniais. Muitas questões se levantam em torno da gestão dessas memórias e dessas heranças. As comunidades exigem hoje o reconhecimento de identidades e de valores autóctones e clamam por distintos conceitos e práticas de preservação das suas próprias memórias e patrimônios. São estes os principais desafios com que se debate o projeto sustentado pela rede CoopMar, de cujos objetivos, estratégias e realizações trata este artigo.

Palavras-chave: Cidades-porto. Ibero-América. Diplomacia patrimonial. CoopMar.

ABSTRACT: Seaports were, for centuries, the most continuous exchange platform between Europe, Africa and America. Port cities emerge as structures and social constructions with their own characteristics. Taking them as study foci favours the debate of issues related to urban and social complexity, as they usually bring together marks of diversity, both human and cultural, and for this reason they present themselves as privileged places for the development alterity and permeability studies, including cultural. Port cities in Europe and Latin America are also challenged by risks arising from the high levels of development of a tourist industry. This one exploits heritage, material and immaterial, built, symbolic or natural, often without benefits for the makers and heirs of those assets — the local communities. This matter becomes more acute when we are dealing with memories and heritage historically built through colonial dynamics. Many questions arise around the management of these memories and these inheritances. Today communities in Latin America demand recognition of indigenous identities and values and call for different concepts and practices for the preservation of their own memories and heritage. These are the main challenges faced by the project supported by the CoopMar Network, whose objectives, strategies and achievements this article deals with.

Keywords: Port cities. Ibero-America. Heritage diplomacy. CoopMar.

RESUMEN: Los puertos marítimos fueron, durante siglos, la plataforma más continua para de intercambio entre Europa, África y América. Las ciudades portuarias emergen como estructuras y construcciones sociales con sus propias características. Su estudio permite conocer y debatir cuestiones relacionadas con la complejidad urbana y social, ya que generalmente reúnen marcas de

diversidad, tanto humanas como culturales, y por esta razón se presentan como lugares privilegiados para el desarrollo de estudios sobre alteridad y formas de permeabilidad, incluso cultural. Las ciudades portuarias de Europa y América Latina también enfrentan desafíos y riesgos derivados de los altos niveles de desarrollo de una industria turística que explota el patrimonio, material e inmaterial, construido, simbólico o natural, a menudo sin beneficios para los constructores, herederos y creadores de estos activos: las comunidades locales. Este asunto se agudiza cuando nos enfrentamos con memorias y patrimonio construidos históricamente a través de la dinámica colonial. Surgen muchas preguntas sobre la gestión de estas memorias y herencias. Las comunidades de hoy exigen el reconocimiento de las identidades y valores indígenas y exigen diferentes conceptos y prácticas para la preservación de sus propios patrimonios. Estos son los principales desafíos que enfrenta el proyecto apoyado por la Red CoopMar, de cuyos objetivos, estrategias y logros trata este artículo.

Palabras clave: Ciudades portuarias. Iberoamérica. Diplomacia patrimonial. CoopMar.

Como citar este artigo:

Polónia, Amélia; Costa, Cátia Miriam. “Preservar patrimônios e partilhar memórias em cidades-porto latino-americanas. Um projeto em ação: CoopMar – Cooperação Transoceânica, Políticas Públicas e Comunidade Sociocultural Ibero-Americana”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 13-28.

Memória(s), Patrimônio e Empreendedorismo – os fundamentos de um projeto¹

A maneira como o passado e a sua memória são apropriados pelos atores contemporâneos está sujeita a múltiplos entendimentos, ao envolver diferentes *stakeholders*² e interpretações contestadas. A introdução de uma lógica empresarial, ligada ao empreendedorismo cultural e à ação de empreendedoras indústrias criativas, vem exacerbar o debate e exigir um diálogo participado das múltiplas entidades e agentes envolvidos no processo. A emergência de uma “indústria do patrimônio” acrescenta atores a este debate, incluindo decisores políticos, académicos, gestores de patrimônio e empresários, veiculando diferentes perspetivas face à mesma realidade, por vezes portadoras de tensões inibidoras de uma ação informada (Falser e Juneja 2013, 1). Esta evolução foi reconhecida, em geral, pelas diplomacias nacionais dos vários estados, que fizeram entrar na

¹ Para maiores desenvolvimentos sobre esta matéria vide (Polónia e Costa 2018, 639-645).

² Usamos a palavra *stakeholders* em inglês por nos parecer que a sua tradução para a língua portuguesa é imperfeita, atribuindo, neste caso, o significado de “partes interessadas” e “partes envolvidas” nos processos de construção e revisitação da memória.

equação diplomática o papel do indivíduo e da comunidade circundante (Telles 2011, 25). Mais recentemente, e dependendo de políticas públicas em ação, as comunidades locais tendem a ser integradas nestes debates. Isto plasma, por um lado, a consciência, não só do seu direito a memórias e a patrimônios de que devem ser os principais beneficiários, e decorre, por outro lado, da constatação de que alguns projetos de preservação patrimonial que não as envolviam foram contestados ou falharam completamente, devido à sua falta de identificação com esses projetos. Acresce que uma parte considerável dos planos de preservação e usos patrimoniais se encontra associada a fins turísticos e impõe a esses sítios um grande número de visitantes, vistos como intrusos em *loci* tidos como essenciais na estruturação de identidades locais, por vezes desconsiderando as suas memórias e os significados simbólicos.

Esta matéria agudiza-se quando nos encontramos perante memórias e patrimônios construídos historicamente através de dinâmicas coloniais, como aquelas impostas pelos Europeus na África, na América e na Ásia desde os tempos modernos, também identificados como a Primeira Idade Global (1400-1800). Muitas questões se levantam em torno da gestão de memórias e de heranças vistas como decorrentes dessas dinâmicas coloniais (Stoler 2013, 2; McAtackney e Palmer 2016, 473), levantando discussões em torno da mesmidade e alteridade relativamente aos diferentes grupos étnicos que são parte destas sociedades. Como resultado, assiste-se a uma difícil assimilação de alguns sítios ou componentes desse património pelas comunidades atuais, que exigem o reconhecimento de identidades e valores autóctones e clamam por vezes por distintos conceitos e práticas de preservação das suas próprias memórias e patrimônios (Luco 2013, 256).

As cidades portuárias da Ibero-América e da Península Ibérica têm uma história comum, que gerou um património importante, parte dele classificado como património cultural mundial. A maioria desses sítios classificados é um verdadeiro exemplo de encontro de culturas, devido a migrações, forçadas e livres, produzindo uma herança muito rica em manifestações tangíveis e intangíveis. As conexões entre o mundo americano e o europeu são uma fonte para novas abordagens da herança construída, mas também para o estudo das memórias compartilhadas, algumas delas traumáticas, relacionadas com o domínio colonial europeu e refletidas em património material e imaterial. Neste caso, foi evidente a sucessão de interpretações acerca do legado colonial e a forma como integrá-lo e com ele dialogar no seio das sociedades ibero-americanas, mesmo quando em presença das instituições que lançavam na comunidade internacional novas formas diplomáticas que transpunham a diplomacia cultural, propondo uma diplomacia centrada no património e, sobretudo, no património partilhado (Winter 2015, 1007-1011).

A União Europeia tem vindo a reconhecer o potencial dos setores criativos e culturais e o benefício das trocas culturais, bem como a aprendizagem mútua através de projetos comuns, o que é claro no documento publicado em 2017, relativo a uma nova estratégia para colocar a cultura no centro das relações internacionais da União Europeia (European Commission 2017, 1). Um exemplo da consumação desta política é o projeto ILUCIDARE, apoiado por fundos comunitários e dedicado à inovação orientada para o património, envolvendo vários parceiros comunitários e apenas um parceiro extracomunitário, o Equador. O projeto visa o incremento do desenvolvimento territorial sustentado e das trocas culturais, mas ainda sem lidar com um dos aspetos mais marcantes da diplomacia patrimonial europeia fora deste continente: a herança colonial.

O novo enquadramento internacional tem vindo a permitir o desenvolvimento de importantes organizações internacionais, mas também de novas formas de cooperação técnica, ancoradas no entendimento entre estados, mas também entre instituições e comunidades nacionais. Esse reconhecimento internacional ficou plasmado no surgimento e manutenção de organizações como a UNESCO, Conselho Internacional de Museus (ICOM), ou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que está desenvolvendo um trabalho importante em 108 países de todo o mundo, incluindo todos os envolvidos no projeto CoopMar. Recentemente, o ICOMOS lançou um “Guia sobre Recuperação e Reconstrução Pós-Trauma para Propriedades Culturais do Património Mundial” (ICOMOS, 2017), focado em áreas destruídas por guerras e catástrofes naturais. O ICOMOS defende também a intervenção técnica em paisagens construídas, através de boas práticas de conservação e preservação, mas também direcionou a sua atenção para outras áreas, como a da ocupação humana e das memórias associadas ao espaço construído.

No Chile, um dos países parceiros do projeto, Valparaíso, cidade detentora de património cultural classificado, tem sido alvo dessas. O principal desafio é o de conciliar os interesses das diversas partes envolvidas em projetos urbanos ligados a legados históricos. Uma série de conferências lideradas por especialistas em património e urbanismo foram realizadas, e trabalhos científicos desenvolvidos, promovendo simultaneamente campanhas, como as do “Lugar Validoso”, em 2001, tentando incentivar a conexão entre o comércio local e tradicional e o uso do património, ou a campanha de 2002 para manter as características dos edifícios recuperados. Nos dois casos, a ideia era promover o intercâmbio de conhecimentos e atividades entre universidades, ONG, instituições públicas e sociedade civil.

Cidades portuárias e transculturalidade – espaço para debate

As cidades portuárias da Ibero-América apresentam-se como um universo de análise particularmente pertinente para a abordagem da questão das memórias e patrimônios, seus usos e interpretações. Os desafios colocados às cidades portuárias em tempos do aumento significativo do turismo aumentam exponencialmente o valor social e económico do património marítimo, seja ele constituído por paisagens costeiras ou por expressões materiais ou imateriais de legados históricos. Acresce que as cidades portuárias se mantêm como atores privilegiados em processos de globalização. O seu estudo afirma-se como essencial para entender a modernidade. Em geral, elas sintetizam e transportam na sua memória legados contraditórios, porque foram palco de estratégias de colonização e de constituição de impérios, porque foram nós essenciais em processos de escravatura, de trabalho forçado, de conflitos laborais e políticos, porque foram identificadas secularmente como espaços de marginalidade e de conflitualidade. Mas elas constituem-se também como zonas de contacto, de trocas culturais, de transferência de conhecimento, de experiências sincréticas.

As cidades portuárias permanecem como estruturas e construções sociais com características próprias. O seu estudo permite conhecer e debater questões relacionadas com a complexidade urbana e social, pois reúnem, por norma, marcas de diversidade, humana e cultural, e por isso apresentam-se como locais privilegiados para o desenvolvimento de estudos sobre alteridade. Os portos marítimos foram, durante séculos, a mais contínua plataforma de interface e de intercâmbio entre a Europa, a África e a América. Elas têm sido vistas como espaços de desenvolvimento económico, mas também como espaço de risco, nomeadamente ambiental.

No decurso do século XX, foram acionados movimentos internacionais de proteção dos patrimônios dessas cidades. Com início na Europa, EUA e Japão, esses movimentos espalharam-se rapidamente. Nos anos 90, algumas cidades latino-americanas aderiram a esse movimento. Havana (Cuba) e Santos (Brasil) foram das primeiras cidades portuárias da região a ter um centro histórico renovado e uma orla marítima requalificada. Para confluir com as expectativas dos habitantes dessas áreas, o acesso às áreas de lazer, os espaços verdes e a integração desses espaços no perímetro urbano foram garantidos por projetos de intervenção urbana (Hoyle 2002, 142). Ainda assim, o risco de antagonizar a comunidade e os seus interesses é elevado. Diálogos com a comunidade são também necessários para conscientizar os poderes públicos e instituições internacionais de seus sentimentos sobre a transformação dos centros históricos e identificar quais as memórias que eles associam a esses lugares. A modernização e o investimento nesses polos são

bem recebidos, mas a sua aceitação diminui quando outras implicações desses investimentos públicos e privados interferem na vida quotidiana dos cidadãos. Em algumas dessas cidades reabilitadas, o turismo massivo tornou-se um ponto de tensão com a comunidade local, ao sentir o seu espaço invadido ou mesmo desrespeitado. Estudos recentes baseados em abordagens interdisciplinares e transdisciplinares indicam a necessidade de implementar iniciativas “bottom-up”³ na conceção e implementação de projetos de preservação e dinamização patrimonial (Parkinson, Scott e Redmond 2016, 2).

O desenvolvimento de debates com as comunidades ajuda a reunir opiniões compartilhadas e a adicionar novas perspectivas ao resultado esperado dos múltiplos projetos em ação (Falser e Juneja 2013, 2). Espera-se que a obtenção de um acordo da comunidade sobre as intervenções a realizar ajude a estabilizar o diálogo político e social e forneça uma melhor interpretação dos processos de transformação projetados ou em curso. Isto requer intervenções locais e uma interação permanente com as comunidades e implica equipas multidisciplinares em ação, usando uma ampla variedade de canais de comunicação. São necessários cientistas sociais (sociólogos, economistas, psicólogos), mas também técnicos e gestores de património bem preparados, além de agentes de mediação capazes de estabelecer pontes entre as expectativas da população e as políticas urbanas e patrimoniais, as quais devem obedecer a preceitos que já não são apenas locais, regionais ou nacionais, mas internacionais.

A classificação atribuída pela UNESCO a alguns desses sítios implica a observação de regras internacionais, o que exige a assimilação e reconhecimento dos seus significados e exigências. Isso conduz a uma outra dimensão do debate: a reinterpretação do património à luz dos novos estatutos dessas cidades, como cidades globais (Curtis 2016). Isso implica que a cidade se veja como um espaço urbano inserida em redes de contactos próprias e desenvolva uma política pública e estratégica baseada no (re)significado dos seus patrimônios como espaço com fundações não europeias, a despeito do colonialismo europeu, o qual frequentemente constituiu a via da sua integração num espaço globalizado (Curtis 2016, 1).

Como lugares construídos socialmente, as cidades da América Latina, como todas as cidades, enfrentam o desafio de lidar com o antigo e o novo e, ao mesmo tempo, com factos e memórias. Os tomadores de decisão precisam também de levar em consideração que o património imaterial, incluindo memórias e discursos, é tão importante quanto o património material e

³ Tomamos aqui o conceito de *bottom-up* como todas as iniciativas que têm por base a participação cidadã, ou seja, que são implementadas tendo em consideração as expectativas da comunidade e tomando-as como contribuição para as políticas públicas que, neste caso, não se fundamentam apenas na decisão técnica ou política.

edificado. Daí que o envolvimento das comunidades locais seja essencial para o sucesso de qualquer projeto que envolva património, tanto aquele que é classificado como material (tangível), como aquele que é considerado imaterial (intangível).

Em suma, em todos os continentes, com particular ênfase na América Latina, debates acalorados exigem essa participação das populações locais no planeamento e execução de políticas de património. Nas cidades portuárias latino-americanas, altamente associadas ao predomínio de património s coloniais, isso torna-se particularmente relevante, por dois motivos. Primeiro, porque durante décadas assistiu-se a uma aceitação acrítica da herança colonial, num contexto em que as elites de poder emergentes as viam como parte de um projeto político de unificação e reconhecimento internacional. Segundo, porque, em épocas em que o património (natural, cultural, material e imaterial) possui, principalmente nesses países, valor económico, é fundamental considerar novas políticas para implementar a integração dos diversos estratos da população como atores económicos ativos e beneficiários das dinâmicas resultantes dos usos económicos do património.

Quanto ao primeiro tópico, a afirmação de reivindicações nativistas e a consciência crítica da herança colonial trazem novas ideias e apontam novos rumos para políticas de memória. Para esclarecer algumas dessas questões, torna-se necessário estudar a mobilidade (de pessoas, ideias e bens), as migrações e a criação de redes permitidas e fomentadas pelas condições naturais, sociais e políticas das cidades portuárias. Da mesma forma, o diálogo entre a população, técnicos do património e outras partes interessadas, incluindo agentes económicos, precisa de ser iniciado, sem evitar os aspetos controversos inerentes ao facto de se lidar com memórias plurais e frequentes vezes conflituantes.

Os projetos implementados tendo como base património s coloniais das cidades portuárias e a literatura sobre essa matéria são claros sobre os benefícios da conexão entre especialistas, “policy-makers”⁴, investidores e comunidades locais. Esse diálogo deve cada vez mais incluir a formação profissional de técnicos e a conscientização pública sobre as vantagens sociais e económicas oferecidas por uma gestão informada de património s. Somente uma política de memória compartilhada e participativa e uma abordagem plural do património material e imaterial podem contribuir para a sua preservação sem gerar insatisfação. Torna-se necessária uma abordagem transcultural, além da multidisciplinar, para permitir novas interpretações do passado,

⁴ Recorremos a este termo para referenciar os protagonistas das políticas públicas, ou seja, aqueles que definem a ação política.

enquanto se tenta converter patrimônios em desuso e sítios que incorporam memórias negativas em locais com novas funções. O desenvolvimento de indústrias criativas e culturais, novas soluções económicas e um diálogo permanente entre a academia e a sociedade podem ajudar essas cidades portuárias ao seu estatuto de locais de contacto transcultural, abertos a tendências e a movimentos globais, mas considerando, integrando e beneficiando as populações locais, que são e têm sido durante séculos construtoras ativas de patrimônios, sem deles serem necessariamente beneficiárias. O objetivo é o de incorporar a sua voz na dinâmica global da preservação de patrimônios e nas decisões a tomar quanto aos seus usos socioculturais e económicos. Neste percurso, académicos, formuladores de políticas e gestores de patrimônios têm a oportunidade de reativar presenças e vozes silenciosas, que, sendo essenciais para a construção de mundos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, dificilmente são ouvidas. Mulheres, escravos, população crioula, minorias étnicas e religiosas são apenas algumas delas, apesar da preocupação atual com a escravatura e as marcas culturais de uma cultura afro-latino-americana ou com questões de género.

CoopMar – um projeto em ação

CoopMar afirma-se como um projeto capaz de contribuir para este debate, focando-se especificamente na região ibero-americana. CoopMar é uma rede de investigação e desenvolvimento financiada pelo CYTED (Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento) que promove formas ativas de diplomacia científica, visando potenciar sinergias existentes entre vários parceiros em torno de uma agenda de “mar e sociedade para o desenvolvimento”. CoopMar dá prioridade à circulação de conhecimento entre diferentes atores (universidades, museus, fundações, empresas, instituições públicas e sociedade em geral) e visa contribuir para uma sociedade do conhecimento, transnacional e transdisciplinar. Assume a troca cooperativa de valores e visões como um valor intangível que funciona como capital social capaz de beneficiar cidades portuárias da região ibero-latino-americana.

A rede CoopMar envolve equipas de seis países ibero-americanos: Portugal, país coordenador, Brasil, Chile, Cuba, Espanha e Panamá. Essas equipas integram historiadores, economistas, jornalistas, arqueólogos, curadores de museus, peritos em ciência política e em relações internacionais, e um total de 23 instituições, entre universidades, centros de investigação, fundações e museus.

Entre os seus objetivos contam-se os de promover o intercâmbio operativo de valores patrimoniais como capital social capaz de beneficiar cidades-porto da região ibero-americana;

incentivar uma transferência ativa de saberes entre Universidades, Centros de Investigação, poderes públicos, instituições culturais de gestão de património, empresas e sociedade; dar sentido, através de práticas concretas, ao conceito de responsabilidade social quando aplicado a políticas públicas de memória e património e a soluções económicas que visam, por norma, os cidadãos, mas nem sempre (ou raramente) os integram nas suas tomadas de decisão.

Daí decorrem objetivos específicos, entre os quais os de promover um diálogo participado entre agentes políticos, técnicos de cultura e património, universidades, centros de investigação e comunidades da Ibero-América; influenciar políticas públicas e promover formas participadas de desenvolvimento sustentável em cidades-porto atlânticas.

Faz também parte da sua agenda programática a sensibilização das comunidades e dos poderes públicos para a questão patrimonial como fator de desenvolvimento sustentado; a inventariação, na América Latina e na Europa, de patrimónios e memórias marginalizadas e silenciadas (incluindo as ligadas a sociedades pré-coloniais e as resultantes de processos de migração e de escravização de populações africanas). A rede pretende, ainda, propor e promover modelos de negócio baseados em experiências de empreendedorismo cultural, incluindo práticas próprias das novas economias do mar e das indústrias criativas.

Prosseguindo estes objetivos, CoopMar promove formas ativas de diplomacia científica, diplomacia patrimonial e de paradiplomacia, visando potenciar sinergias existentes entre vários parceiros, académicos e não académicos, em torno de uma agenda de “mar e sociedade para o desenvolvimento”. A rede CoopMar procura materializar o conceito de uma sociedade do conhecimento transnacional e transdisciplinar, através da promoção da cooperação técnica e da aprendizagem partilhada.

Coerente com estes objetivos, a rede assume como missão o desenvolvimento de investigação estratégica sobre recursos intangíveis compartilhados pela região ibero-americana e a apresentação de produtos úteis nas áreas de sustentabilidade social e da conservação do património em cidades portuárias. O objetivo final deste projeto é o de consolidar uma rede que venha a ter sustentabilidade para além do seu financiamento, com o objetivo de inventariar, preservar, promover e valorizar patrimônios comuns.

Pretendendo contribuir para estratégias de inovação, envolvendo as comunidades, através da aplicação de novas ferramentas e métodos associados às novas tecnologias, a rede vive de uma intensa interconectividade entre os investigadores e as instituições envolvidas, visando uma difusão ativa dos seus resultados, dos quais se esperam impactos sociais palpáveis. Entre as suas estratégias de ação conta-se a promoção de um diálogo participativo entre países, organizações e comunidades

das cidades portuárias envolvidas, bem como a definição de um plano de ação conjunta para investigadores, cidadãos, empresários e políticos.

Sendo hoje consensual a ideia de que História, Memória, Patrimônio s se constituem como ferramentas ativas de desenvolvimento social e como atores influentes no delinear de políticas de diplomacia científica, a experiência, o olhar e o saber de historiadores, em diálogo com outros especialistas das Ciências Sociais e Humanas (arquitetos, urbanistas, museólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas), revela-se essencial.

Coerente com esses objetivos e plano estratégico, a rede CoopMar assume a missão de desenvolver investigações e ações estratégicas sobre recursos tangíveis e intangíveis compartilhados pela região ibero-americana e promover produtos úteis nas áreas de sustentabilidade social e conservação do patrimônio. O objetivo final deste projeto é o de consolidar uma rede de ação nas cidades portuárias constituintes da rede, promovendo a conscientização do imperativo da sustentabilidade, preservação e conservação do patrimônio comum e oferecendo novas opções para políticas públicas que impliquem o envolvimento de um amplo espectro social. Acredita-se que o valor dessa força ainda não foi explorado em profundidade com a aplicação das novas ferramentas e métodos oferecidos pelas novas tecnologias. Estas são também utilizadas como um meio de garantir uma interconectividade mais eficaz entre os investigadores e as instituições, por comunicação remota, bem como para facilitar a divulgação dos resultados do trabalho realizado.

Os seus objetivos concretizam-se através da organização de vários eventos, incluindo conferências, seminários e cursos de formação. A divulgação científica através da publicação conjunta de livros e artigos em revistas e jornais científicos faz parte também da sua vocação. Em termos de disseminação, as suas atividades e programas de ação são disponibilizados na sua webpage⁵, através da realização de videodocumentários⁶ e de programas de TV e rádio, e através das redes sociais⁷.

Um dos pontos identificados como críticos em ordem a garantir a preservação do patrimônio é a falta de preparação para uma intervenção ativa e informada da sociedade civil. Daí que a rede tenha definido como prioritária a formação de estudantes, organizações e técnicos como meio para promover uma intervenção da sociedade civil na proteção do patrimônio . Entre essas iniciativas conta-se a realização do Curso de “Boas práticas para políticas públicas de memória,

⁵ <https://coopmarcooperation.wordpress.com/>.

⁶ <https://www.youtube.com/channel/UC8g2XaGTeIeYkkwiHhyR80A>;
<https://canal.uned.es/video/5db04a50a3ceb0d2188b4568>.

⁷ <https://www.facebook.com/RedeCYTED/>.

ciência e patrimônio” (Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 20 e 21 de novembro de 2017). O curso foi transmitido através da plataforma UNED para toda a comunidade ibero-americana⁸. Do curso resultou um e-book, que se espera seja útil para uso de técnicos de gestão patrimonial da região ibero-americana.

Os seus projetos passam também pela criação de um arquivo documental, bibliográfico e iconográfico, o “Arquivo CoopMar”, e a montagem de uma exposição digital sobre os impactos da Rota de Magalhães/Elcano nas cidades da rede, segundo uma leitura transversal, que articule o passado com o presente.

Os temas e os atores institucionais envolvidos nos Encontros promovidos pela rede ou em que a sua participação coletiva avulta são reveladores da forma como tem prosseguido a sua missão. Destacam-se, a título de exemplo, a sessão realizada a 23 de outubro de 2018 no Museo del Canal Interoceánico de Panamá sobre “Políticas y prácticas de preservación patrimonial en Iberoamérica” em que participaram representantes do Museo del Canal, do Patronato Panamá Viejo, membros do CoopMar e entidades ligadas ao poder local, ou o Simposio CoopMar, realizado a 22 de outubro, na Universidad Latina de Panamá, sobre “Emprendedurismo Cultural, Conectividad e Industrias Creativas en Ciudades Puertos Latinos e Iberoamericanos”, em que participaram representantes da Autoridade Portuária da cidade do Panamá, da Municipalidade, da Universidad Marítima Internacional de Panamá, da Universidad Latina e da rede CoopMar.

Momento importante para uma disseminação dialogante das atividades da rede CoopMar, desta vez no meio académico, foi a realização da Mesa Redonda sobre “Desarrollo sostenible en ciudades puerto Ibero-Latinoamericanos – el rol de la diplomacia científica” no âmbito do XVII Congreso Nacional de Ciencia y Tecnología APANAC 2018 (Ciudad de Panamá 23- 26 outubro 2018).

As atividades desenvolvidas em Havana, em 2018, prosseguiram os objetivos da rede numa outra dimensão: a da sua articulação com o mundo do empreendedorismo e da criatividade. O Seminário “Industrias Culturales y Creativas, Patrimonio y Emprendimiento” (Universidad de La Habana 4-8 dezembro 2018) revelou-se de grande importância neste domínio, complementado pela reunião com representantes da Oficina del Historiador, na sede del Plan Maestro de la Habana Vieja. Esta vertente, ligada ao empreendedorismo com incidência na área do Turismo e do Patrimônio Cultural como um bem social e económico, prossegue a senda da participação da

⁸ As várias sessões do curso podem ser visualizadas de forma integral e em acesso aberto em <https://canal.uned.es/video/5a6f2dd1b1111f907a8b456a>.

equipa, em julho de 2017, na cidade do Porto, no TOCREA (*International Conference of Tourism and Creative Industry Promotion*), através da organização de um painel plenário sobre *Public Policies, heritage management and cultural tourism promotion in the Ibero-American space*⁹.

O Simpósio CoopMar, realizado a 7 de dezembro de 2018 no Colegio Universitario San Gerónimo de La Habana, centrou-se numa outra dimensão, mais reflexiva, sobre “Processos de Memorialização no Espaço Ibero-Americano”. A preservação e a difusão de formas de património e o respeito por memórias marginalizadas ao longo de uma história marcada por processos de colonialismo e de silenciamento de culturas e línguas dos vários povos da América Latina ou de populações africanas escravizadas, a par da atuação das mulheres ou dos “homens comuns”, fazem também parte da missão da rede CoopMar, associada à análise de políticas públicas de memória. Sobre esta mesma temática realizou-se, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em abril de 2018, o *Seminário Internacional Imprensa Periódica e Memória*¹⁰ e, em Lisboa, no ISCTE-IUL, o *II Seminário Imprensa Periódica. Criação e Recriação dos discursos político, económico, literário e científico*¹¹. Estes seminários pretenderam analisar a relação entre imprensa periódica e cidades-porto, a forma como estes espaços urbanos potenciaram projetos de formação de opinião e debate público, e como originaram nova informação especializada.

Dando prioridade a uma relação direta com a Comunidade, revelou-se igualmente essencial a participação no Ciclo de *Charlas sobre Cultura & Tecnología*, coordenado pela equipa CoopMar de Valparaíso, a 23 de agosto de 2018, ou a apresentação da rede no programa da Radio Viña.fm pelo coordenador da mesma equipa.

O Chile foi o país que acolheu a reunião geral da rede, de 20 a 22 de outubro de 2019. O evento previa uma intensa atividade de reuniões com representantes de poderes públicos, associações de cidadãos e culturais, ciclos de cinema e exposições. A forte agitação social instalada no Chile nesse período constituiu um obstáculo concreto, e real, evidenciando como os contextos políticos e sociais interferem diretamente com ações de implementação de um debate aberto e uma política de intervenção participada por todos os agentes envolvidos. Impedidos de levar a cabo o plano gizado, os membros da rede CoopMar não deixaram, porém, de intervir nesse debate, *in locu*, produzindo um videodocumentário que sintetiza algumas das reflexões da rede sobre essas questões¹².

⁹ <http://online.fliphtml5.com/bugp/pcdj/#p=1>.

¹⁰ http://www.citcem.org/documents/events/Programa_Final.pdf.

¹¹ <https://cei.iscte-iul.pt/eventos/evento/ii-seminario-imprensa-colonial/>.

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=-ZGI1-SSWgQ>.

Ainda em outubro e dezembro de 2019, a CoopMar foi parceira da Casa da América Latina e do European Institute for International Studies nas VI e VII Cátedras Ibero-América Global, intituladas “Ibero-América: Pacífico ou Atlântico? Os 500 anos da fundação da Cidade do Panamá” e “Ibero-América e o Triângulo Atlântico (África, Ibero-América e Europa): os 500 anos da fundação de Havana”, respetivamente. Este constitui um exemplo concreto da capacidade da rede para se associar a iniciativas suscetíveis de assinalável projeção para a comunidade sociocultural ibero-americana. A colaboração com a Casa da América Latina transcende, porém, esta realização. Criada em 1998 com a missão de aproximar Portugal da América Latina através do estímulo ao conhecimento e da cooperação com os países latino-americanos, a Casa da América Latina, constituída pelo Município de Lisboa, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, pelas Embaixadas dos países latino-americanos e por um conjunto de empresas, desenvolve ação em dois eixos: *Cultura e Conhecimento* e *Economia e Política*, incluindo atividades no campo empresarial. A Casa da América Latina, ao visar a promoção e o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre Portugal e os países latino-americanos, bem como enquanto entidade vocacionada para a cooperação institucional no campo político-diplomático, constitui-se como parceira fundamental da CoopMar em múltiplas das suas dimensões.

As realizações previstas para 2020, o último ano de exercício financiado da rede, pretendem completar este puzzle através de uma semana de imersão, na cidade do Espírito Santo, Brasil, com outras memórias e patrimônios: os das comunidades indígenas ainda persistentes e ativas nessa região e as de um passado de forte ligação a África, de que diversos quilombos no estado do Espírito Santo dão prova viva.

Em todo este processo, as articulações com instituições e entidades públicas e com associações locais são de fundamental importância. Para além dos contactos estabelecidos com municípios, museus e entidades culturais das várias cidades envolvidas na rede, podem também sublinhar-se as sinergias estabelecidas com a Casa da América Latina (Lisboa)¹³; os contactos estabelecidos com a Oficina del Historiador (Havana), as articulações com o Consejo Nacional de la Cultura (CNCA), Chile, e La Unidad de Patrimonio Histórico, coordenada por Fernando Vergara (U. Valparaíso, Chile), bem como à Dirección de Vinculación con el Medio (Chile) e com o Patronato Panamá Viejo (Panamá). Todas dão prova de uma profunda articulação entre a rede e agentes ativos da vida política e cultural de referência nos países envolvidos.

¹³ <http://casamericalatina.pt/2017/09/26/cal-estabelece-parceria-com-rede-coopmar/>.

Projetando o futuro e viabilizando a terceira vertente de intervenção da rede — o empreendedorismo cultural —, a rede CoopMar tem vindo a refletir sobre modelos de negócios baseados em experiências de empreendedorismo cultural, incluindo formas de economia social, envolvendo, entre outras, as indústrias culturais e criativas. Espera-se que a rede venha a obter resultados palpáveis, através da interação esperada entre a academia e os agentes de negócios, nomeadamente os envolvidos com o Turismo. Iniciativas relacionadas com o incentivo ao empreendedorismo jovem consolidam avanços dos quais são esperados frutos mais palpáveis no decurso de 2020. Contactos permanentes têm vindo a ser desenvolvidos por investigadores da rede com gabinetes de promoção ao empreendedorismo, nas suas universidades, nomeadamente na PUCV (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso) e na Universidade do Porto. Grupos de trabalho vinculados a centros de investigação que patrocinam a rede e o envolvimento em programas de mestrado dedicados à formação de estudantes em modelos de negócios baseados em experiências de empreendedorismo cultural atestam também a articulação da rede, através dos seus investigadores, com esta área de intervenção.

Além disso, estão a ser promovidos protocolos de colaboração com o eHeritageLab (U. Porto) – Laboratório de Novos Média para o Patrimônio ¹⁴. Trata-se de um laboratório multidisciplinar e colaborativo que combina competências, conhecimentos e tecnologias aplicadas ao património .

A abertura de um Concurso de Ideias de Negócios em ordem a promover o empreendedorismo jovem consubstancia outra via de intervenção. O seu objetivo é o de gerar novas ideias e propostas a desenvolver no âmbito do empreendedorismo cultural. Espera-se que as propostas vencedoras possam vir a ser desenvolvidas através da sua inclusão nas incubadoras e spin-offs¹⁵ das várias universidades da rede comprometidas com o projeto CoopMar. Tenta-se, também por esta via, projetar para o futuro os resultados do trabalho levado a cabo desde 2017 pela rede CoopMar.

Referências bibliográficas

Curtis, Simon. *Global Cities and Global Order*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198744016.001.0001>

¹⁴ <https://mil.up.pt/eheritagelab/>.

¹⁵ Recorremos ao termo *spin-off* para referenciar os possíveis subprodutos originados nas subáreas de atividade das universidades ligados direta ou indiretamente às incubadoras e aos projetos de indústrias criativas aí existentes.

European Commission. 2017. “A new strategy to put culture at the heart of EU international relations”. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_16_2075

Falser, Michael, e Monica Juneja, eds. “*Archaeologizing*” *Heritage? Transcultural Entanglements between Local Social Practices and Global Virtual Realities*. Berlin & Heidelberg: Springer, 2013. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-35870-8>

Hoyle, Brian. “Urban Waterfront Revitalization in Developing Countries: The Example of Zanzibar’s Stone Town”. *Geographical Journal*, 168, n. 2 (2002): 141-162. <https://doi.org/10.1111/1475-4959.00044>

ICOMOS. 2017. *ICOMOS Guidance on Post Trauma Recovery and Reconstruction for World Heritage Cultural Properties*. <http://openarchive.icomos.org/1763/19/ICOMOS%20Guidance%20on%20Post%20Trauma%20Recovery%20.pdf>.

ICOMOS. 2017. *ICOMOS Post Trauma Recovery and Reconstruction for World Heritage Cultural Properties*. <http://openarchive.icomos.org/1763/19/ICOMOS%20Guidance%20on%20Post%20Trauma%20Recovery%20.pdf>

Luco, Fabienne. “The Angkorian Palimpsest: The Daily Life of Villagers Living on a World Heritage Site”. Em “*Archaeologizing*” *Heritage? Transcultural Entanglements between Local Social Practices and Global Virtual Realities*, eds. Michael Falser e Monica Juneja, 251-262. Berlin & Heidelberg: Springer, 2013. https://doi.org/10.1007/978-3-642-35870-8_14

McAtackney, Laura, e Russell Palmer. “Colonial Institutions: Uses, Subversions, and Material Afterlives”. *International Journal History and Archaeology*, 20, n. 3 (2016): 471-476. <https://doi.org/10.1007/s10761-016-0353-6>

Parkinson, Arthur, Mark Scott, e Declan Redmond. “Revalorizing Colonial Era Architecture and Townscape Legacies: Memory, Identity and Place-Making in Irish Towns”. *Journal of Urban Design*, 22, n. 4 (2016): 1-18. <https://doi.org/10.1080/13574809.2015.1106917>

Stoler, Ann Laura, ed. *Imperial Debris. On Ruins and Ruination*. Durham & London: Duke University Press, 2013. <https://doi.org/10.1215/9780822395850>

Telles, Edgard Ribeiro. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011

Winter, Tim. “Heritage Diplomacy”. *International Journal of Heritage Studies*, 21, n. 10 (2015): 997-1015. <https://doi.org/10.1080/13527258.2015.1041412>

Recebido: 07 de maio de 2020

Aprovado: 28 de julho de 2020